

REQUERIMENTO

EDA – AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.

“A actual Administração da Empresa de Electricidade traçou como seu objectivo prioritário a privatização da empresa. Chegou mesmo a encomendar a uma entidade especializada – Banco Espírito Santo de Investimentos - um estudo de avaliação económico-financeira que já foi concluído, tendo o respectivo relatório final também sido entregue à EDA.

Acontece que o Grupo Parlamentar do PSD já o solicitou por duas vezes, por requerimento, há mais de cinco meses, e até à data ainda não o obteve.

Três hipóteses se colocam: ou o Governo Regional desconhece tal estudo, porque a EDA nunca o apresentou; ou o Governo Regional conhece o estudo e não tem meia dúzia de patacos (euros) para comprar o toner ou o papel para a fotocopiadora; ou, então, conhece o estudo mas não o apresenta porque tem receio do seu conteúdo!

Considerando que o documento em questão constitui um elemento referencial para um cenário de privatização;

Considerando que a EDA tem um papel chave na economia regional, quer porque se insere num sector vital – o da energia – quer porque ela própria tem um peso especial no nível de emprego que gera e pelos efeitos induzidos no tecido empresarial.

Considerando que, decorridos seis anos de mandato do Governo Regional Socialista, não foi traçado qualquer cenário credível para que o sector privado venha a assumir uma participação mais activa e efectiva no

domínio energético, a não ser as investidas da Administração contra os trabalhadores e a transformação da EDA em sociedade anónima já no longínquo dia 8 de Abril de 1997!

Considerando que o engenheiro António Guterres deixou em dívida os montantes dos anos 1998, 1999, 2000 e 2001 do abaixamento do preço de electricidade que orçam os 30 milhões de euros e que acarretam graves prejuízos e consequências para a EDA;

Considerando que, a partir de 2003, está encontrado um quadro sustentado para a harmonização do tarifário eléctrico;

Assim, ao abrigo do disposto no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PSD requer ao Governo as seguintes informações:

- 1- Que medidas foram adoptadas para que a EDA, num cenário de privatização, seja considerada um investimento satisfatório pelos novos accionistas?
- 2- Que estratégia foi adoptada ao nível da reestruturação financeira e da estrutura de capitais?
- 3- Em termos de pessoal, que pressuposto há para a EDA, em termos de pessoal, e a partir de 2005, estabilizar nos 650 trabalhadores e, por isso, tenha de assumir 139 rescisões?
- 4- Na determinação do Valor do Capital Accionista (VCA) que metodologias foram seguidas?
- 5- Do relatório final da avaliação quais as principais conclusões?



Ponta Delgada, 18 de Setembro de 2002

Os Deputados, *José Bolieiro, Joaquim Machado, Manuel Arruda e Humberto Melo*”